CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

As áreas protegidas são territórios oficialmente delimitados cujo objetivo é [conservar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_natureza) seu patrimônio natural, em seus elementos ecológicos, geológicos, históricos e culturais. Consideradas uma das principais estratégias de [conservação *in situ* da natureza](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_natureza), centenas de milhares de áreas protegidas já foram criadas no mundo todo. Atualmente, protegem cerca de 15% das superfícies terrestres e 12% das áreas marítimas do planeta. Cerca de metade das áreas protegidas da América Latina estão no Brasil.

Existem diversos tipos de áreas protegidas, com objetivos distintos que por sua vez proporcionam estratégias de gestão e intensidade no uso dos recursos naturais igualmente distintos. As áreas protegidas legalmente reconhecidas no Brasil são as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, geoparques, corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas.

As Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

As Unidades de Conservação (UC) são organizadas e regulamentadas pela Lei Federal nº 9.985 de 2000 e pelo Decreto Federal 4.340 de 2002. Esta legislação institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

A Lei Federal 9.985 define Unidades de Conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (BRASIL, 2000)

O SNUC categoriza e define objetivos básicos para 12 diferentes tipos de UC, sendo que o principal critério de classificação se relaciona às possibilidades e intensidades dos usos de seus recursos naturais. Estes usos são por vezes permitidos diretamente – atividades agrícolas e industriais que transformam a paisagem e utilizam água de rios, atividades de mineração, exploração madeireira, pesca, etc. -, outras permitidos apenas indiretamente – atividades de pesquisa, visitação turística, educação ambiental, etc. -, de modo que as UC estão agrupadas em Uso Sustentável (uso direto) ou Proteção Integral (uso indireto).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria** | **Objetivos principais** | **Posse de terras** | **Permissão de presença de moradores** | **Desapropriação de terra** | **GRUPO** |
| **Estação Ecológica**  **- ESEC** | Pesquisa e educação ambiental | Pública | Não | Sim | PROTEÇÃO INTEGRAL |
| **Reserva Biológica**  **- REBIO** | Pesquisa e educação ambiental | Pública | Não | Sim | PROTEÇÃO INTEGRAL |
| **Parque Nacional**  **- PARNA** | Pesquisa, educação ambiental e uso público com visitação | Pública | Não | Sim | PROTEÇÃO INTEGRAL |
| **Monumento Natural**  **- MONAT** | Conservação de beleza cênica, pesquisa e educação ambiental | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | PROTEÇÃO INTEGRAL |
| **Refúgio de Vida Silvestre**  **- RVS** | Pesquisa e educação ambiental. | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | PROTEÇÃO INTEGRAL |
| **Floresta Nacional**  **- FLONA** | Pesquisa e produção de madeireiros e não madeireiros de espécies nativas | Pública com concessão de real de uso para a comunidade | Sim, populações tradicionais | Sim | USO SUSTENTÁVEL |
| **Reserva Extrativista**  **- RESEX** | Proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos | Pública com concessão de real de uso para a comunidade | Sim, populações tradicionais | Sim | USO SUSTENTÁVEL |
| **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**  **- RDS** | Proteção dos meios de vida e cultura da comunidade tradicional e uso sustentável dos recursos | Pública com concessão de real de uso para a comunidade e privada | Sim, populações tradicionais | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | USO SUSTENTÁVEL |
| **Reserva de Fauna**  **- REFAU** | Pesquisas técnico-científicas sobre manejo das espécies | Pública | Sim | Sim | USO SUSTENTÁVEL |
| **Área de Relevante Interesse Ecológico**  **- ARIE** | Conservação de relevância regional, normalmente áreas com baixa ocupação humana | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | USO SUSTENTÁVEL |
| **Área de Proteção Ambiental**  **- APA** | Ordenamento territorial, normalmente áreas com ocupação humana consolidada | Pública e privada | Sim | Apenas se o uso privado não for compatível com o propósito da UC | USO SUSTENTÁVEL |
| **Reserva Particular do Patrimônio Natural**  **- RPPN** | Pesquisa, educação e uso público com visitação. | Privada | Sim | Não | USO SUSTENTÁVEL |

Quadro X: Unidades de Conservação, características gerais por categoria do SNUC.

Fonte: Adaptado de Instituto Socioambiental (ISA), 2016.

AS UC E A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DO LITORAL PARANANENSE

Devido a sua área relativamente grande e bem conservada de Mata Atlântica, a região litorânea do estado do Paraná é rica em biodiversidade e serviços ambientais prestados ao homem. Em sua porção continental, a vegetação mais comum é a Floresta Ombrófila Densa. Sua porção marinho-costeira é recortada e protegida, formando um importante complexo estuarino onde se destacam os mangues. CONCEITUAR E DESCREVER LITORAL NORTE E SUL Do ponto de vista geopolítico é clara a distinção entre duas regiões distintas do litoral paranaense, aproximadamente divididas pelo eixo rodoviário da BR 277. Em sua parte mais ao sul destacam-se Paranaguá e seu complexo portuário e as estâncias de veraneio em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. A parte mais ao norte sobressaem-se os aspectos históricos e naturais de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. A essas duas áreas distintas, adotaremos a denominação Litoral Norte e Litoral Sul do estado Paraná.

Em áreas bem conservadas, o litoral paranaense ainda abriga animais como a onça pintada (*Panthera onca*), guará (*Eudocimus ruber*), tartarugas marinhas e cetáceos, e plantas como o palmito jussara (*Euterpe edulis*) e orquídeas. O mico-leão-da-cara-preta (*Leonthopitecus caissara*) e o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) são duas espécies que ocorrem especialmente no Paraná e, por estarem ameaçadas de extinção e exigirem ações constantes de conservação, são consideradas espécies bandeira da fauna endêmica da Mata Atlântica paranaense. As ações de conservação na região têm como objetivo manter os ecossistemas saudáveis e funcionais, capazes de manter populações de espécies chave, restaurar áreas degradadas pela ação do homem e harmonizar diferentes atividades econômicas com a proteção da Mata Atlântica.

Assim, são estrategicamente importantes para a conservação as diferentes espécies de pescado - peixes, crustáceos e moluscos – de alguma forma utilizados pelas populações caiçaras e outros pescadores tradicionais, bem como espécies ameaçadas pela utilização ilegal de recursos da flora, como o guanandi por sua madeira e a jussara por seu palmito, e por atividades predatórias de caça, como paca, tatu, jacutinga, etc.

**HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DE UC FEDERAIS NO LITORAL NORTE PARANAENSE**

Dada sua importância para a conservação da natureza e dos serviços ambientais, desde a década de 80 vem sendo criadas na região diferentes UC nas esferas federal, estadual e municipal e particularmente, em diferentes categorias, cada qual com um objetivo e todas se complementando como estratégia de conservação. Esse esforço resulta no fato de que é a maior área contínua de floresta original do Estado do Paraná, com 82,48% do território coberto por UC e outras áreas protegidas.

TABELA com todas UC do Paraná, esfera de governança, ano de criação, etc.

Figura - Cartograma da evolução da criação de UCs por década (1980 até 2016)

Em construção com o geoprocessamento

ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC) DE GUARAQUEÇABA

Criada em 1982, ela tem por objetivo resguardar 14 áreas de manguezais, sendo destinada à pesquisa, à educação e à proteção do ambiente. Em 1997, por meio da Lei Federal n.º 9.513, foram excluídas da ESEC de Guaraqueçaba todas as áreas sobrepostas ao Parque de Superagui, devido a ampliação do limite do PARNA. Conforme supracitado esta mesma lei revisa os limites da APA de Guaraqueçaba.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE GUARAQUEÇABA

Criada pelo Decreto Federal nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985, tem como objetivos:

* Assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção;
* Proteger o complexo estuarino da baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos, sobretudo os sambaquis e as comunidades nativas integradas no ecossistema regional;
* Controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas;
* Estabelecer critérios de uso e ocupação do solo da região,
* Além de ainda ter por finalidade proteger o entorno da ESEC de Guaraqueçaba (IPARDES, 1995).

A APA de Guaraqueçaba integra, em sua extensão continental e estuarina, diferentes ambientes (serra do mar, planície costeira, manguezais e ilhas) com rica biodiversidade, muitas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Nas áreas de serra (médias e altas encostas), destaca-se a elevada concentração de Floresta Ombrófila Densa em seu estado primitivo, formando um complexo significativo que pode ser considerado o maior e mais representativo de toda a costa brasileira (IPARDES, 2001).

PARQUE NACIONAL (PARNA) DO SUPERAGUI

Criado em 1989 pelo Decreto Federal nº 97.688 de 25 de abril de 1989 e com limites alterados e área ampliada por meio da Lei Federal nº 9.513, de 20 de novembro de 1997.

É uma UC de proteção integral com objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, proporcionando à sociedade oportunidades de turismo, educação e pesquisa científica.

RESERVA BIOLÓGICA (REBIO) BOM JESUS

Teve sua criação decretada em 5 de junho de 2012. Tem por objetivo preservar os ecossistemas de Mata Atlântica, em especial as subformações da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras, além da fauna associada, e também a rede hidrográfica local.

*\*ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE) ILHAS DE PINHEIRO E PINHEIRINHO*

*Criada pelo Decreto Federal nº 91.888 em 1985, foram mais tarde incorporadas ao PARNA do Superagui (e consequentemente extintas), por meio do Decreto Federal nº 9.513/97 que alterou e ampliou os limites do parque.*

A IMPORTÂNCIA DA APA-ESEC-REBIO PARA O MUNDO

* **Integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**

As Reservas da Biosfera são áreas reconhecidas pela UNESCO de ecossistemas que possuem relevância em escala global para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável. Segundo a legislação brasileira, as Reservas da Biosfera representam “um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” (MMA, 2004).

Existem 669 Reservas da Biosfera em 120 países. Chanceladas pela UNESCO, são na verdade uma iniciativa de cada país, que também assume o dever de garantir sua administração. Atualmente, o Brasil possui 7 Reservas da Biosfera: da Mata Atlântica, do Cinturão Verde de São Paulo, do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia Central, da Caatinga e da Serra do Espinhaço, com área total de aproximadamente 1.300.000 km² (130 milhões de hectares), representando 15% do território nacional (RBMA, 2016).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), criada em 1991 e sofrendo alterações gradativas em seus limites até 2008, é a maior área mundial florestada reconhecida como tal. Com aproximadamente 62 milhões de hectares terrestres e 16 milhões de hectares marinhos, a RBMA estende-se por mais de 5.000 km da costa brasileira (que tem 8.000 km), do Ceará ao Rio Grande do Sul totalizando 78 milhões hectares distribuídos pelos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura x). Mais especificamente, a RBMA tem como missão contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica.

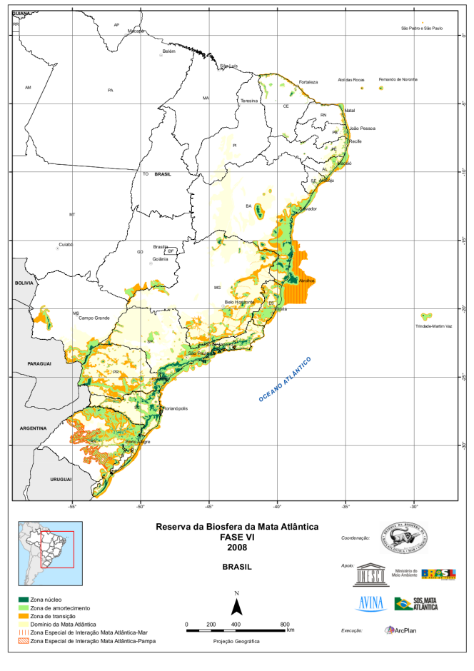


Figura 1: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil

Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

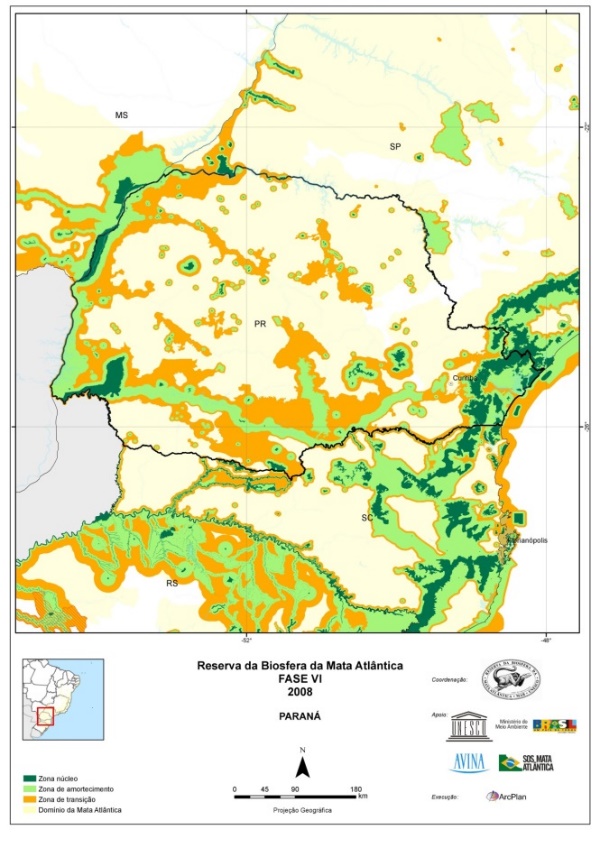


Figura 2: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008

Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

* Estão localizadas em um dos principais *hotspots* mundiais

*Hotspots* são áreas naturais caracterizadas por altos índices de endemismo e pela notável destruição de seus habitats. Convenciona-se internacionalmente um *hotspot* como uma área que sirva de habitat para no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e tenha 30% ou menos da sua vegetação original mantida.

Com base nesses critérios, em 1999 foram identificados ao redor do planeta 25 *hotspots*, que juntos abrigavam 44% das espécies de plantas do planeta e 35% das espécies de vertebrados terrestres, enquanto ocupavam, no entanto, apenas 1,4% da superfície do planeta. Pela relação entre sua riqueza de espécies e endemismos e sua área relativamente pequena, os *hotspots* são prioritários para a conservação da biodiversidade. O Brasil possui 2 *hotspots*: a Mata Atlântica, com apenas 8% de sua área original, e o Cerrado, com 22% (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL, 2005). Pelos critérios de identificação de *hotspots*, a Mata Atlântica está entre os cinco mais importantes biomas a serem protegidos mundialmente. Este bioma reúne 15% de todas as formas de vida animal e vegetal do mundo e nela se encontram 171 das 202 espécies de animais brasileiros ameaçados de extinção.

* Contribuem positivamente para o alcance de objetivos globais importantes para o futuro como a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica

**Agenda 21**

A Agenda 21 representa um compromisso político com o desenvolvimento sustentável. É um abrangente plano de ação a ser implementado pelos países signatários que aborda dimensões econômicas, ambientais e sociais, tratando das relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população. Seu principal objetivo é a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB

Esta convenção internacional foi estruturada em três pilares: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONFERENCIA/ACORDO | OBJETIVO | INSTRUMENTO NORMATIVO | APLICAÇÃO NAS UC |
| Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) | Conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. | Aprovação no Decreto nº 2 de 03/02/1994. Promulgação no Decreto nº 1.160 de 21/06/1994. Decreto nº 2.519 de 16/03/1998. | É objetivo das UC a proteção e incentivo ao uso sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos, de acordo com suas categorias de manejo. |
| Agenda 21 | Construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. | Aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992. | As UC são patrimônio público, geridas por órgão federal, e devem adotar e disseminar os princípios de sustentabilidade e justiça social. |
| Programa Homem e a Biosfera (MaB) | Promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações com as populações e o meio ambiente em todo o planeta. | Decreto n° 74.685 de 14/10/1974, que cria a Comissão do Programa MaB no Brasil. | As UC estão totalmente inseridas na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua gestão deve estar alinhada com o Programa. |
| Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) | Estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais. | Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. | As UC protegem áreas marinhas e sua gestão deve estar alinhada com os compromissos brasileiros na UNCLOS. |
| Princípios para a Administração Sustentável das Florestas | Visa um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. | CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | É objetivo das UC conservar florestas e apoiar o desenvolvimento sustentável, em acordo a suas categorias de manejo. |
| Tratado de Aichi | - Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade,  - Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos naturais,  - Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética,  - Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos. | Estabelecido na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, Nagoya, Japão, 2010. | As UC devem contribuir positivamente com os compromissos do país nos diferentes objetivos e metas do tratado |

Quadro 2: Síntese de diferentes acordos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, potencialmente qualificados por sua relação com as UC.

**A IMPORTÂNCIA DA APA-ESEC-REBIO PARA NOSSA REGIÃO**

* **PROTEGEM A MATA ATLÂNTICA!!!!**

**DESENVOLVER**

Tabela : Representatividade da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e Rebio Bom Jesus

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidades Geográficas** | **Superfície (ha)** | % **APA** | % **ESEC** | % **Rebio Bom Jesus** |
| Mata Atlântica original | 130.000.000 | 0,22% | 0,00% | 0,03% |
| Mata Atlântica remanescente 22% | 28.600.000 | 0,98% | 0,00% | 0,02% |
| Mata Atlântica grandes remanescentes (<100ha) 8,5% | 11.050.000 | 2,55 |  |  |
| Área de mangues no Brasil (MMA, 2009) | 1.225.444 |  | 0,35% |  |
| Estado do Paraná | 19.930.798,00 | 1,41% | 0,022% | 0,17% |
| Cobertura vegetal original do Paraná | 16.828.200,00 | 1,67% | 0,02% | 0,20% |
| Cobertura Vegetal atual do Paraná | 2.414.436,00 | 11,69% | 0,18% | 1,41% |

* **Integram o Mosaico do Lagamar**

A legislação que institui o SNUC, institui também a figura dos mosaicos de UC. Estes mosaicos são implementados quando há um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas que requer uma “gestão integrada e participativa compatibilizando a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2000). São considerados de extrema importância, pois favorecem o fortalecimento de corredores ecológicos, ampliam a escala de planejamento territorial, incentiva práticas de manejo, podendo assim diminuir efeitos de borda e ampliar os limites das áreas protegidas, aumentando as chances de reconexão de áreas entre as UC.

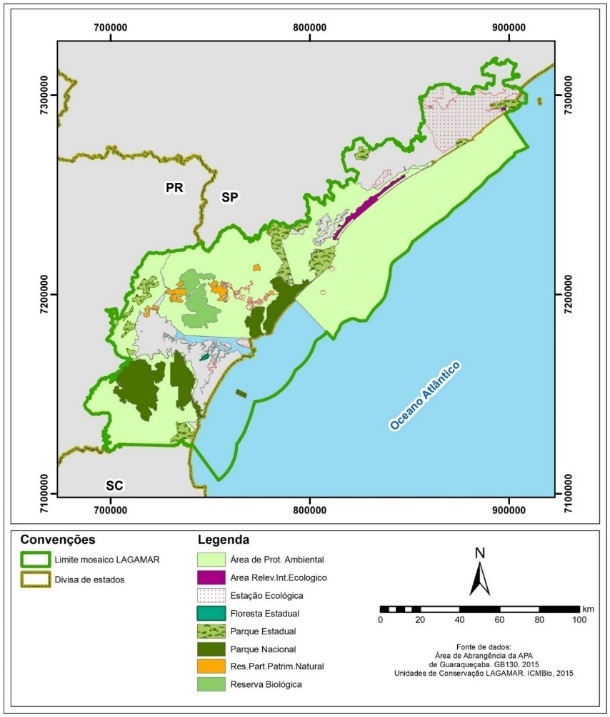
Reconhecendo a importância da Mata Atlântica e do ambiente marinho costeiro associado, em 2008 foi criado o Mosaico do Lagamar entre os estados do Paraná e São Paulo por meio da Portaria 150 do Ministério do Meio Ambiente. O Mosaico do Lagamar atualmente é um conjunto de 54 unidades de conservação de diferentes categorias de manejo, totalizando uma área de 622.168 ha, 42% deles marinho-costeiros e 58% em sua porção terrestre (OC2, 2015).

Figura - Cartograma das Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar

Substituir e atualizar por mapa temático: Em construção com o geoprocessamento.

As Áreas de Proteção Ambiental – APA – que integram o Mosaico Lagamar correspondem a 1.172.161 ha ou 72,3% do total de sua área. As UC de proteção integral correspondem a 269.987 há ou 16,6% da área total.

No estado do Paraná, o Mosaico Lagamar é constituído por 30 UC de oito categorias diferentes, criadas pelo poder público e por particulares (ver quadro X).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Órgão Gestor** | **Unidade** | **Decreto de criação** | **Área (ha)** |
| Federal (ICMBio) | ESEC Guaraqueçaba | Dec. Federal 87.222 de 31/05/1982 | 13.638,90 |
| APA de Guaraqueçaba | Dec. Federal 90.883 de 31/01/1985 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997 | 282.444,02 |
| PARNA do Superagui | Dec. Federal 97.688 de 25/04/1989 e Lei Federal nº 9.513 de 20/11/1997 | 33.860,36 |
| PARNA Saint Hilaire-Lange | Lei Federal 10.227 de 23/05/2001 | 25.118,90 |
| REBIO Bom Jesus | Dec. Federal s/n de 05/06/2012 | 34.179,74 |
| PARNA Marinho das Ilhas dos Currais | Lei Federal 12.829 de 20/06/2013 | 1.359,70 |
| PARNA Guaricana | Dec. Federal s/n de 13/10/2014 | 49.286,87 |
|  |  |  |  |
| Estadual (IAP) | AEIT do Marumbi | Lei Estadual 7.389 de 12/11/1980 | 66.732,99 |
| PE Florestal do Rio da Onça | Dec. Estudual 3.825 de 05/06/1981 e Dec. Estadual 3.741 de 23/01/2012 | 118,51 |
| ESEC Ilha do Mel | Dec. Estadual 5.454 de 21/09/1982 | 2.240,69 |
| PE Pico do Marumbi | Dec. Estadual 7.300 de 24/09/1990 e Dec. Estadual 1.531 de 02/10/2007 | 8.745,45 |
| PE da Graciosa | Dec. Estadual 7.302 de 24/09/1990 | 1.189,58 |
| ESEC do Guaraguaçu | Dec. Estadual 1.230 de 27/03/1992 | 1.150 |
| APA Estadual de Guaratuba | Dec. Estadual 1.234 de 27/03/1992 | 199.596,51 |
| PE do Pau Oco | Dec. Estadual 4.266 de 21/11/1994 | 905,58 |
| PE Roberto Ribas Lange | Dec. Estadual 4.267 de 21/11/1994 | 2.698,69 |
| PE do Boguaçu | Dec. Estadual 4.056 de 26/02/1998 | 6.660,64 |
| FE do Palmito | Dec. Estadual 4.493 de 17/06/1998 | 530 |
| PE da Ilha do Mel | Dec. Estadual 5.506 de 21/03/2002 | 337,84 |
| PE da Serra da Baitaca | Dec. Estadual 5.765 de 05/06/2002 | 3.053,21 |
| PE Pico Paraná | Dec. Estadual 5.769 de 05/06/2002 | 4.333,83 |

Quadro : Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Pública – Paraná

Fonte: Adaptado de Paula *et al.* (no Prelo); ICMBio, 2016; IAP, 2016; SPVS, 2016.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Órgão Gestor** | **Unidade** | **Decreto de criação** | **Área (ha)** |
| Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza | RPPN Reserva Natural Salto Morato | Portaria IBAMA 132 de 07/12/1994 e Portaria ICMBio 30 de 02/03/2012 | 2.252,90 |
| Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda | RPPN Reserva Ecológica Sebuí | Portaria IBAMA 99-N, de 24/11/1999 e Portaria IBAMA 3-N, de 02/02/2000 | 400,78 |
| SPVS | RPPN Morro da Mina (Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa) | Portaria IAP 46 de 07/04/2003 | 1.336,19 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 157 de 30/08/2007 | 3.526,87 |
| RPPN Reserva Natural Rio Cachoeira (Reserva Natural Guaricica) | Portaria IAP 159 de 30/08/2007 | 4.292,88 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui I (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 160 de 30/08/2007 | 392,37 |
| RPPN Vô Borges | Portaria IAP 161 de 30/08/2007 | 12,50 |
| RPPN Reserva Natural Fazenda Santa Maria | Portaria IAP 58 de 30/03/2011 | 400,27 |
| RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II (Reserva Natural das Águas) | Portaria IAP 59 de 30/03/2011 | 984,93 |

Quadro : Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar na Esfera Privada – Paraná

Fonte: Adaptado de Paula *et al.* (no Prelo); IAP, 2016; SPVS, 2016.

A gestão de UC em mosaico facilita o entendimento das modificações estruturais e, portanto, funcionais dos ecossistemas, incorporando e dando visibilidade à complexidade das interrelações espaciais de seus componentes, tanto naturais quanto culturais. O Mosaico do Lagamar é importante na compreensão e resolução de problemas socioambientais em escala transestadual. Problemas como o comércio ilegal de caça e de palmito, conflitos ligados à atividades pesqueiras ou ordenamento territorial e impactos provenientes de diferentes atividades econômicas típicas da região (como dragagens e ampliação dos portos, implantação e manutenção de rodovias e exploração de combustíveis fósseis na costa brasileira), encontram no Mosaico Lagamar um espaço possível para o diálogo e busca por convergências normativas e legais entre os dois estados.

* **Protegem a Serra do Mar, Patrimônio do Paraná**

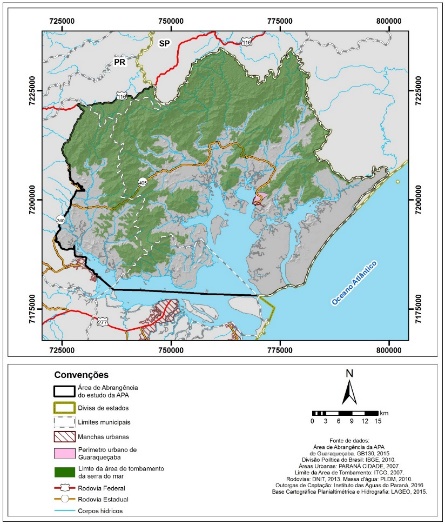
Em 1986, foi oficializado o tombamento da Serra do Mar através do Decreto Estadual nº 6.754. Com uma área de 386.0008 há, o tombamento abrange parte do território de onze municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Campina Grande do Sul, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (Ver: Figura 5). XXXX ha da área tombada estão localizados na APA de Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus. CHECAR

Figura 5 - Cartograma da área do Tombamento da Serra do Mar